

Ofício nº 259.2023-AJ

São José/SC, 23 de fevereiro de 2023.

**AO ILUSTRE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC,
RESPONSÁVEL PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, Processo Nº 006/2023**

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.482.840/0001-38, com sede a Rua Antônio Mariano de Souza, 775, Bairro Ipiranga – São José/SC, CEP: 88.111-510, neste ato representada pelos seus procuradores abaixo subscritos, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **EDEN PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI**, pelos fatos e direitos que passa a expor.

I – SÍNTESE DOS FATOS

1. O presente processo licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tem por objeto a *“contratação de empresa especializada para dispor de forma terceirizada, profissionais Motoristas (Categoria D), para suprir as necessidades da Secretaria de Educação com o Transporte Escolar bem como outras atividades administrativas do Município”*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital.
2. A abertura da sessão pública ocorreu em 08 de fevereiro de 2023, tendo sido, ao final, declarada vencedora do certame e empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, visto que ofertou o melhor preço, e atendeu todas as exigências contidas no Edital.
3. Inconformada, a Recorrente apresentou recurso, alegando que, em síntese, a Recorrida deveria ser desclassificada do certame, posto que formulou sua planilha de custos com base em Convenção Coletiva de Trabalho diversa daquela indicada pela Administração.
4. Destaca-se que as alegações da Recorrente não devem prosperar, na medida em que, através simples análise da proposta e da documentação de habilitação, é possível verificar que não houve qualquer irregularidade no processo licitatório, tendo sido atendidas todas as exigências contidas no Edital.

5. Por isso, visando afastar as alegações da Recorrente, apresenta-se contrarrazões ao recurso interposto, a fim de elucidar os pontos controvertidos, para, ao final, requerer a manutenção da decisão que declarou a empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA** vencedora do certame.

II - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES

6. Estas Contrarrazões em Recurso Administrativo encontram fundamento na Lei nº 10.520/02, bem como na Lei nº 8.666/93.

7. Ademais, estabelece o Instrumento Convocatório diretrizes para apresentação de Recursos e Contrarrazões, aos quais a Recorrida dá total atendimento.

III – DO MÉRITO

8. Como exposto, a Recorrente pleiteia a habilitação da sua proposta, sob o argumento de que foi utilizada pela Recorrida, em sua planilha de custos, Convenção Coletiva de Trabalho diversa daquela que balizou a cotação dos preços estimados pela Administração.

9. Inicialmente, destaca-se que a Recorrente está um tanto quanto equivocada nas suas razões, apresentando argumentos que nitidamente visam protelar ainda mais o resultado do referido pregão. Isto porque a Administração Pública não poderá determinar a obrigatoriedade de utilização de determinada CCT pelo particular. Assim, o que fez o órgão foi, tão somente, informar qual a Convenção Coletiva de Trabalho que balizou o preço estimado em Edital.

10. A Administração não pode obrigar as licitantes a utilizarem uma determinada Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de ingerência indevida. Desta forma, cada empresa que atua na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva poderá ter um enquadramento próprio e diferente das demais, assim como diverso daquele que a Administração se pautou para elaborar a planilha na fase de planejamento.

11. Portanto, não há qualquer respaldo legal nos argumentos esposados pela Recorrente, vez que não é possível prever em Edital qual será o Sindicato ao qual as empresas devem ser filiadas, nem mesmo a Convenção Coletiva de Trabalho que deverão adotar.

12. Ademais, é entendimento do Tribunal de Contas da União:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

9.2.2.1. ASTENHA-SE DE EXIGIR A INDICAÇÃO DE SINDICATO REPRESENTATIVO de categorias profissionais como critério de classificação de

licitantes , atendendo ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, e art. 30, § 5º, da Lei 8.666/93, e no art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000; [grifou-se]

[...]

(TCU – Acórdão nº 604/2009 – Plenário)

[...], o ENQUADRAMENTO SINDICAL DÁ-SE PELO CRITÉRIO LEGALMETNE ACEITO, QUAL SEJA, EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DA EMPRESA E NÃO POR IMPOSIÇÃO DE TERCEIROS, MUITO MENOS POR CONTA DE LICITAÇÕES PÚBLICAS.

(Trecho do voto do Min. Bruno Dantas no Acórdão TCU nº 1.097/2019-Plenário)

[...]

NA ELABORAÇÃO DE SUA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, O LICITANTE PODE UTILIZAR NORMA COLETIVA DE TRABALHO DIVERSA DAQUELA ADOTADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE COMO PARÂMETRO PARA O ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da Constituição Federal).

(Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário)

13. Verifica-se, então, que nem o Edital, nem a legislação, tampouco a jurisprudência, permitem como que seja exigida uma Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas empresas licitantes na formulação de seus preços, **não havendo qualquer ilegalidade no procedimento licitatório em questão.**

14. Segundo ensinamento de Hely Lopes Meirelles: *“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.*

15. Como assevera o art. 3º, da Lei nº 8.666/93, a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios basilares, especialmente o da **VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, que impõe à Comissão de Licitação o dever de observar as normas impostas pela própria Administração.

16. E o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte: *“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.*

17. No mesmo sentido, define o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comenrários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

“Ao submeter à administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666/93 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital”.

18. As licitações públicas pautam-se num conjunto de formalidades que devem ser observadas, pois desconsiderar qualquer formalidade é ferir a lei, além do que se observaria a mácula ao princípio da vinculação ao edital.

19. Tem-se que o art. 3º da Lei de Licitações e seus correlatos assim estabelecem:

Art. 3º A licitação destina-se A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA.

Art. 45. O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ OBJETIVO, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

20. No mesmo sentido é entendimento do TRF-1:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INOBSERVÂNCIA DE REGRA CONTIDA NO EDITAL. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA.

I - Na inteligência jurisprudencial deste egrégio Tribunal, **"O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, PREVISTO NO ART. 41, CAPUT, DA LEI N. 8.666/93, IMPEDE QUE A ADMINISTRAÇÃO E OS LICITANTES SE AFASTEM DAS NORMAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, SOB PENA DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS"** (MS n. 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, 3ª Seção, DJ de 10.11.2004, p. 03).

II - Restringindo-se a pretensão mandamental postulada nestes autos à anulação do ato administrativo que declarou vencedora a empresa licitante que apresentou a segunda melhor proposta no certame, a qual já se concretizou por força da sentença mandamental, datada de 22/08/2014, resta caracterizada, na espécie, uma situação de fato já

consolidada, cujo desfazimento já não mais se recomenda, na linha do entendimento jurisprudencial consagrado em nossos tribunais, em casos que tais.
III - Remessa oficial desprovida. Sentença confirmada.

(TRF1. MS REMESSA EX OFFICIO 00098087620144013200. 5ª Turma. Des. Relator Federal Souza Prudente. Julgado em 04/11/2015. Publicado em 11/11/2015).

21. Por todo exposto, a ratificação de todos os atos administrativos praticados neste certame é medida que se impõe, uma vez que obedeceram rigorosamente não só ao previsto no Edital, mas, sobretudo, ao que dispõe a Lei, devendo, pois, ser mantida a Recorrida LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA como vencedora do certame, uma vez que o preço ofertado é vantajoso para a Administração e atende todos os requisitos exigidos no Edital.

IV – DOS REQUERIMENTOS

22. Por todo o exposto, após devidamente demonstrada a impropriedade das razões acostadas pela Recorrente, **REQUER-SE:**

- a) Sejam estas CONTRARRAZÕES devidamente autuadas e processadas na forma da lei, pois TEMPESTIVAS;
- b) No mérito, sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que declarou a Recorrida vencedora do presente certame.

Nestes termos pede deferimento!

Sabrina Faraco Batista
OAB/SC 27.739

Priscila Thayse da Silva
OAB/SC 34.314

Marlon Nunes Mendes
OAB/SC 19.199-B

Thiago Teles
OAB/SC 60.244

Karla Bez Batti Alves
OAB/SC 53.099

Brenda Martins Kuhlkamp
OAB/SC 57.825

Jully Anne Fernandes
OAB/SC 58.713